

Profissionalização e fragmentação temática: trajetória de institucionalização das Ciências Sociais no Brasil

Professionalization and thematic fragmentation: retracing
Social Sciences institutionalization in Brazil.

Leonardo Puglia¹

Resumo

Desde o fim da ditadura, as Ciências Sociais brasileiras vêm passando por um acelerado processo de expansão da produção e fortalecimento institucional que alterou o papel social do profissional da área. Fenômeno que remonta às origens da institucionalização do campo no país, mas acabou acompanhando os desvios da história. Tentativas de interpretação da trajetória das Ciências Sociais brasileiras tornam-se válidas portanto, se quisermos debater soluções para os impasses gerados pelo atual quadro, marcado por tendências de profissionalização, burocratização e fragmentação temática.

Palavras chave: Ciências sociais; Sociologia; Institucionalização; Americanização; Intelectuais.

Abstract

Since the end of the military dictatorship, Brazilian Social Sciences have experienced a period of intense institutionalization and increase of production that has changed the social role of the field's professionals. This process started at the beginning of the institutionalization of this area of knowledge in Brazil and has followed the country's history. To propose solutions and understand the current scenario (bureaucracy, professionalization and fragmentation), we must take into account the Brazilian Social Sciences' path.

Keywords: Social Sciences; Sociology; Institutionalization; Americanization; Intellectuals.

¹ Mestre e Doutorando em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica do Rio De Janeiro (PUC-RJ).

Introdução

A partir do fim da ditadura militar, as Ciências Sociais brasileiras passaram por acelerado processo de expansão da produção e fortalecimento institucional, tendo o número de programas de pós-graduação na área praticamente dobrado entre 1989 e 2012 (PERLATTO, 2014:136). O período também assistiu à especialização crescente das agendas de estudo e à consequente proliferação de nichos de investigação.

O crescimento de grupos de pesquisa, revistas e congressos seriam expressões desse fenômeno que, ao lado de outros fatores historicamente determinados, contribuiu para transformar a identidade do profissional da área. Foi-se o tempo do “mandato público”. Para as novas gerações de cientistas sociais, o acesso à vida pública se dá quase que exclusivamente através da mediação da ciência (WERNECK VIANNA, 1997:230). Intervenção de caráter

minimalista, legitimadora de interesses e, portanto, mais afim à sociedade civil.

Nesse contexto de profissionalização e fragmentação científica, a Sociologia se mantém como instrumento de reforma social, mas sua ação se torna cada vez mais cirúrgica e os objetos sociais se mostram cada vez mais precisos. Tal fenômeno seria, na verdade, a retomada e o aprofundamento, após anos de idas e vindas, de um processo que encontra suas origens nos anos seguintes à sua institucionalização, na década de 1930, quando foram criadas a Universidade de São Paulo e a Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo. Trata-se de tendência identificada por Werneck Vianna como “americanização” das Ciências Sociais, “na medida em que se aproxima da Sociologia como instrumento de reforma social, tal como nas primeiras três décadas de sua institucionalização em universidades como a de Chicago”

(1997:230). Uma chave interpretativa que, sem desconsiderar o peso da contribuição de outras escolas sociológicas na formação dos quadros nacionais, como a francesa e a inglesa, ajuda a compreender a direção que a trajetória de institucionalização da disciplina no Brasil acabou tomando ao longo das décadas.

Institucionalização “por cima”

Apesar da expressão “americanização” acima citada, esta não se refere à forma como a profissionalização foi introduzida em nosso país. Enquanto nos Estados Unidos as Ciências Sociais nascem da sociedade civil, em um processo de apropriação dos movimentos sociais pela universidade denominado por H. Turner e S. P. Turner como “academização da reforma”, no Brasil, a institucionalização surge como projeto intelectual de uma elite conservadora,

(...) com existência universitária antes de encontrarem expressão na vida social, com seus praticantes isolados dos seres subalternos e dos seus problemas, inclusive pela situação repressiva às liberdades imposta pelo Estado Novo. (WERNECK VIANNA, 1997:195)

Destituída do poder pela Revolução de Vargas, a oligarquia paulista buscava a autorreforma através da racionalidade científica, mas não conseguiu, ao final, instrumentalizar a academia como pretendido. Os pioneiros lograram se manter independentes tanto da elite local quanto do Estado Novo, ao se isolarem em uma comunidade acadêmica com fronteiras delimitadas pelo rigor científico.

A tendência de profissionalização e a fragmentação dos objetos de estudo surgem, portanto, do esforço dos primeiros cientistas sociais de carreira, que precisavam libertar-se tanto das amarras políticas de uma institucionalização “por cima”, quanto da própria tradição do pensamento social brasileiro, marcada desde o momento inicial da

construção do Estado Nacional pela intervenção direta das elites intelectuais na vida pública.

A partir do marco da fundação da USP, o pensamento social produzido até então no Brasil passa a ser classificado como esforço interpretativo pré-científico, na perspectiva da jovem academia. Um dos principais motivos desta classificação seria a constante proximidade entre a elite intelectual e o Estado, que encontra nos debates entre Tavares Bastos e Visconde do Uruguai em torno do modelo de centralização a ser adotado pelo Império, um exemplo de afastamento do padrão científico, caracterizado idealmente pela independência política e pelo rigor metodológico.

De maneira geral, esta tradição buscava a reforma não a partir da sociedade civil, mas pela primazia do Estado enquanto agente pedagógico e modelador. Era nele que depositavam-se as esperanças modernizadoras. Por isso é possível

denominar intelectuais de Estado mesmo aqueles que não pertenciam diretamente aos quadros de governo. De acordo com o paradigma epistemológico introduzido no país pela USP, a linguagem de pensadores como Oliveira Vianna e Alberto Torres seria científica apenas na aparência. Não passaria de recurso retórico para justificar a ação civilizadora do agente estatal sobre uma sociedade arcaica e amorfa.

Na visão uspiana, a predominância do ensaio enquanto suporte estilístico fenômeno comum entre nações latino-americanas surge não como virtude, mas como expressão de falta de rigor metodológico (MARTINS, 2013:25). A institucionalização das Ciências Sociais passava necessariamente pela superação desta tradição de erudição intervencionista. Era preciso marcar uma posição firme para plantar a semente da profissionalização científica que germinaria com maior

intensidade a partir da redemocratização nos anos 1980.

O contexto político nada favorável já dava indícios do quão tortuoso seria este processo histórico. À ditadura de Vargas não bastava sufocar as liberdades civis, era preciso ainda incorporar a elite intelectual. Não se tratava, contudo, de uma mera estratégia de legitimação ideológica, mas um desdobramento natural, já que o novo papel do Estado enquanto agente indutor da transformação econômico-social e administrador das suas consequências, era uma constante no pensamento social. Oliveira Vianna, por exemplo, desempenhou papel central através do Ministério do Trabalho.

Com sua plasticidade e abertura para a imaginação, o ensaio continuava sendo a forma natural de expressão destes intelectuais-estadistas, comprometidos com a hercúlea missão de construir o moderno em um território vasto e

híbrido. Nada de fórmulas prontas. O tempo de transplantação de regras exógenas ficara para trás. Agora era o momento de inovar diante das contradições da realidade latino-americana. Afinal, o Estado era “Novo” e “modernistas” ocupavam diversas posições de comando, principalmente no Ministério da Educação.

Se a essência do ensaio, como afirma Lukács, reside na recusa ao direito absoluto do método (MARTINS, 2013:67), seria natural que os pioneiros da institucionalização se opusessem abertamente à tradição do pensamento social brasileiro, já que o status de ciência só seria conquistado através justamente do rigor metodológico. E essa posição só foi possível graças ao isolamento acadêmico. Distantes do emaranhado político e do peso das complexas decisões de Estado, os intelectuais da USP puderam se dedicar à produção de um pensamento tão rigoroso do ponto de vista teórico quanto o de

qualquer campo do conhecimento legitimado.

A aproximação com a tradição foi acontecendo aos poucos. Não através do afrouxamento dos critérios empíricos, pois o rigor continuou sendo marca fundamental da sociologia paulista, principalmente sob a liderança de Florestan Fernandes, mas principalmente através do alargamento dos objetos de estudo. Gradativamente, a etnografia e as análises locais dos primeiros anos são deixadas de lado em favor de uma abordagem macroestrutural que revalorizasse a historiografia.

Estado e Sociedade Civil

Retoma-se, então, o “transformismo” da classe dirigente brasileira e seus métodos de “absorção de elementos ativos” tanto de grupos aliados quanto inimigos (GRAMSCI, 2011:63) como foco principal das investigações sociológicas, com uma diferença fundamental quanto ao

papel do Estado, que perde a primazia para a sociedade civil. Diante dos sinais de esgotamento do modelo interventor populista (que na crise do segundo Governo Vargas ganham contornos dramáticos), a principal estratégia passa a ser o estímulo à ordem competitiva através de transformações moleculares provocadas pela reforma intelectual e moral, sem esquecer dos direitos. Em poucas palavras: a modernização partiria da cidadania.

Despida de seu caráter revolucionário, a obra de Marx vai desempenhar papel relevante nesse processo principalmente com a criação do Grupo do Capital na USP, sob liderança de Fernando Henrique Cardoso ao disponibilizar duas ferramentas teóricas importantes: o método dialético e a chave de classe. Serão ambas utilizadas na investigação dos entraves à expansão da ordem competitiva burguesa, que deveria ser levada ao máximo, pois acreditava-se que encontraríamos ao final do processo, agentes

subalternos transformados em cidadãos, indivíduos autônomos e conscientes de seus direitos.

O processo de “americanização” continuava a avançar puxado por São Paulo, apesar das forças na direção contrária vindas principalmente do Rio de Janeiro, onde os cientistas sociais - sem carreira, nem estímulo à pesquisa - permaneceram “sob permanente jurisdição política das autoridades educacionais do governo federal” (WERNECK VIANNA, 1997:214).

Foi neste contexto que a Capital Federal se tornou o núcleo de resistência da tradição que colocava o Estado como agente primordial das transformações do tecido social. Através do Instituto Superior de Estudos Brasileiros - ISEB, instituição desvinculada da academia, Guerreiro Ramos se opunha aos esforços paulistas, criticando sua alienação em “detalhes da vida social”. Contra essa

“Sociologia enlatada”, clamava por uma Sociologia “em mangas de camisa”, que utilizasse a ciência como ferramenta para a intervenção social direta. Afinal, o desenvolvimento não se daria espontaneamente e a sociedade civil se mostrara historicamente fraca no Brasil, incapaz de superar os impasses à modernização econômica e social.

Por seu turno, Florestan Fernandes expressava sua discordância em relação às proposições de Guerreiro de forma clara e direta, como nesse trecho do artigo *A Sociologia Como Afirmação*, publicado em 1962 na Revista Brasileira de Ciências Sociais:

Alguns cientistas sociais pensam que devem cultivar um padrão de ensino simplificado e estimular somente investigações sobre a situação histórico-social global, como se nos competisse acumular explicações comparáveis às que o conhecimento do senso comum produziu na Europa. (Apud MATOS, 1996:149).

O tom da polêmica acabaria eclipsando pontos de convergência relevantes entre os dois autores.

Segundo Braulio de Matos, foram ambos “homens radicais que assumiram posturas independentes em relação às esquerdas hegemônicas do país”, “dedicaram à negritude trabalhos importantes e investidos de interesse militante” e “foram muito influenciados por autores como Mannheim e Weber” (1996: 163).

Ditadura Militar

De uma maneira ou de outra, as disputas em torno dos pontos que separavam ISEB e USP não teriam um vencedor. Ambas instituições seriam atropeladas pelos desdobramentos históricos. Pois mais surpreendente que o golpe militar desferido sem resistência da esquerda aparentemente forte, foi o que veio a seguir.

Atônita, a intelectualidade paulista assistia à tão desejada ordem competitiva ser expandida por cima, através da ação brutal de um Estado que desorganizava deliberadamente a

sociedade civil, depositária de tantas esperanças, com o intuito de remover impiedosamente qualquer obstáculo à implantação do capitalismo. A surpresa dos cientistas sociais cariocas não era menor, pois a economia passara a se modernizar em ritmo frenético, pois vivíamos o período do milagre do crescimento de dois dígitos, mas não através de uma coalizão nacional-popular que democratizasse a sociedade. Ao contrário.

Alinhado aos Estados Unidos, potência hegemônica e grande fiadora do golpe, o Estado brasileiro conduzia o processo sem deixar espaço para as camadas populares. Na verdade, o achatamento salarial e a supressão das liberdades foram, ao lado do investimento dos conglomerados multinacionais, as principais bases do crescimento econômico projetado pelo ministro da fazenda Delfim Netto. E era justamente na economia que o regime buscava legitimação, sobretudo através da expansão do

consumo da classe média, sua principal base de sustentação. O desdobramento natural seria o aprofundamento, mesmo no contexto de modernização, de um quadro de desigualdade social que já se mostrava obsceno.

O milagre econômico contrariava, portanto, as previsões estagnacionistas, desnudando a fragilidade da oposição hegemônica até então nas Ciências Sociais brasileiras, entre atraso e moderno. Aos poucos, os brutais homens de farda mostravam aos intelectuais que não havia vínculo consubstancial entre modernização e democratização.

Ao abandonar a tradição dualista - e nesse processo os estudos do CEPAL foram fundamentais, com destaque para a inflexão de Celso Furtado no livro *Subdesenvolvimento e estagnação na América Latina* (1968) -, o pensamento social brasileiro foi percebendo que os setores arcaicos e modernos não apenas não se

contrapunham, como formavam um sistema simbiótico “em que seus respectivos interesses estavam entrelaçados” (LAHUERTA, 1999:108). Residiam aí os limites que levaram o populismo à queda em 1964, e a ideia da aliança de classes pelo progresso da nação passou a receber duras críticas, principalmente de Francisco Weffort, que clamava por um sindicalismo livre da tutela do Estado.

O contexto histórico também levou as Ciências Sociais à retomada da grande-angular do velho ensaísmo, agora com foco principal na sociologia histórica comparada entre casos de modernização retardatária, como Alemanha, Itália e Japão, e nações de capitalismo maduro, das quais Inglaterra e Estados Unidos seriam os principais exemplos. Foi nesse período, durante os anos 1970, que o pensamento de Antonio Gramsci ganhou força no Brasil e desempenhou papel importante não apenas fornecendo

ferramentas para a compreensão do nosso processo de “revolução passiva”, como também ao estimular, a partir da esquerda, a valorização da sociedade civil que ganhava força no contexto de resistência à ditadura.

Mesmo enfraquecidas, identificadas como “comunismo” e “subversão”, as Ciências Sociais brasileiras conseguem dar continuidade ao seu desenvolvimento histórico. Não era preciso enfrentar concorrência oficial à sua tradição. A legitimação do regime, diferentemente do Estado Novo, dava-se essencialmente na esfera econômica e não ideológica. Os intelectuais não foram aniquilados, mas deixados em um quadro de marginalidade, onde lograram resistir à censura, ao exílio, às demissões e à falta de recursos, mantendo-se fiéis “às suas tradições críticas” e a “certos ‘estilos’ de pensar” (LAHUERTA, 1999:88).

Redemocratização

Vencido o desafio inicial da sobrevivência, os cientistas sociais, mesmo isolados, continuaram desenvolvendo e atualizando seu pensamento e, quando a conjuntura tornou-se mais favorável, mostraram-se aptos a assumir papel estratégico no processo de abertura “lenta, gradual e segura” iniciada pelo regime. Os militares tentavam conduzir a transição com pulso firme, mas transformações de natureza societal, estimuladas em grande parte pela própria modernização autoritária, desestabilizam por baixo e de maneira molecular os fundamentos da ordem.

A oposição fortalecia-se, assumindo a configuração heterogênea e até certo ponto previsível (diante do caráter militar do regime) de uma ampla aliança civil. Contexto em que a crítica ao Estado populista toma cada vez mais a forma de uma crítica ao próprio Estado, depositando todas as esperanças na sociedade civil, como

se o seu fortalecimento por si só, em nome dos interesses, levasse automaticamente à democracia.

Cientistas sociais participarão ativamente desse processo, aproximando-se cada vez mais de outros setores, principalmente através de revistas de opinião, como *Civilização Brasileira e Argumento*, por onde passaram intelectuais do porte de Barbosa Lima Sobrinho, Erico Veríssimo e Celso Furtado.

Diante das transformações sociais, o Governo Geisel se depara com uma situação contraditória. Ao mesmo tempo que investe maciçamente no ensino superior e em pesquisa, assiste a setores da academia privilegiados, como as ciências exatas, formarem aliança contra o regime com seus primos pobres e subversivos das Ciências Sociais. Sendo o ápice desse processo a ação conjunta entre o Centro Brasileiro de Análise e Planejamento - CEBRAP e a Sociedade Brasileira para o

Progresso da Ciência - SBPC, que atraiu em 1973 o apoio da Ordem dos Advogados do Brasil - OAB e de setores progressistas da Igreja Católica.

O CEBRAP, criado em 1969, pouco depois do AI-5, como espaço para dar continuidade à tradição de pesquisa social a qual se filiavam, fora do ambiente acadêmico sufocado (muitos dos fundadores haviam sido expulsos da USP), assume papel de protagonista principalmente no processo de aproximação com a classe política.

Após o período inicial de distanciamento cético, os cientistas sociais sob liderança de Fernando Henrique Cardoso, aproximam-se finalmente do MDB, e o CEBRAP aceita o convite de Ulisses Guimarães para elaborar o programa do único partido de oposição para as eleições de 1974, na qual acabam surpreendendo o regime. O resultado é um documento de caráter progressista, “com ênfase nos

sindicatos, na necessidade de distribuição de renda, nos movimentos sociais”. (LAHUERTA, 1999:208)

A partir daí a aproximação entre intelectuais e a classe política só vai se intensificar. Passam a participar ativamente das grandes questões públicas e, com o fim do bipartidarismo em 1979, envolvem-se diretamente na fundação de novos partidos. Com destaque especial para o papel desempenhado pelo Centro de Estudos de Cultura Contemporânea - CEDEC, liderado por Francisco Weffort, na criação do Partido dos Trabalhadores em 1979: um ator político que se pretendia inovador por recusar a tradição populista, fundamentando suas bases nos movimentos sociais e no sindicalismo livre da tutela do Estado.

Os tempos eram outros. Até mesmo Florestan Fernandes, grande pioneiro da institucionalização e defensor do isolamento científico,

participou ativamente da fundação do PT, exemplo do envolvimento cada vez maior destes intelectuais na vida pública durante o processo de redemocratização.

Intervenção na vida pública através da universidade

O fluxo, contudo, reverter-se-ia após a queda da ditadura, já que o processo descrito por Werneck Vianna como “americanização” das Ciências Sociais, iniciado ainda nas origens de sua institucionalização, não encontraria mais obstáculos no campo político. O que tivemos a partir de então foi o aprofundamento da profissionalização científica, tornando a própria universidade o campo preferencial de intervenção na vida pública. Intervenção que se dá a partir de objetos cada vez mais precisos (WERNECK VIANNA, 1997).

Entre 1989 e 2012, a produção sociológica brasileira, em suas mais variadas expressões, deu um grande

salto quantitativo. Livros, artigos, trabalhos apresentados em congressos, dissertações de mestrado e teses de doutorado multiplicaram-se acompanhando o ritmo do acelerado processo de crescimento, descentralização e interiorização dos programas de graduação e pós-graduação, cujo número praticamente dobrou (PERLATTO, 2014:136).

O mesmo período assistiu ao fortalecimento institucional do setor. A Sociedade Brasileira de Sociologia - SBS, por exemplo, vem realizando com sucesso desde 1987 congressos nacionais bienais em diferentes cidades, com participação de docentes e discentes em conferências, mesas redondas, cursos e grupos de trabalho, entre outras atividades. Também foram fundadas federações e sindicatos, alguns dos quais, como o Sindicato dos Sociólogos de São Paulo, desempenharam papel decisivo na mobilização que culminou na sanção em 2008, da Lei Federal N° 11.684,

que tornou obrigatório o ensino da Sociologia nas escolas do ensino médio (PERLATTO, 2014:137).

O movimento, contudo, não ficou restrito às fronteiras nacionais, à medida que os profissionais brasileiros ampliaram sua participação em associações internacionais como a International Sociological Association - ISA e a Associação Latino-Americana de Sociologia - ALAS. Sem deixar de mencionar a importância do aumento significativo da oferta de estágios de pós-doutorado e “bolsas sanduíche”, principalmente através de instituições públicas de fomento como Capes, CNPq e Fapesp.

Após o *intermezzo* sombrio da ditadura, as Ciências Sociais brasileiras, reconstituídas como disciplina institucionalizada nos departamentos universitários, retomam a trajetória iniciada na USP dos anos 1940, mas com algumas diferenças fundamentais. Primeiramente em relação à natureza

da própria ciência, que, além de estar fragmentada em um número crescente de especializações, “não tem mais sua expressão regulada por construções paradigmáticas”, segundo afirma Werneck Vianna. Sem falar na transformação do papel social dos intelectuais, pois estes “não mais se veem nem são mais vistos como personagens centrais da vida pública”. A ideia *manneimiana* de *intelligentzia*, antes hegemônica, torna-se anacrônica entre nós.

É sob esse registro novo de uma Sociologia dos Intelectuais que se pode compreender a situação atual das Ciências Sociais como de transição de um modelo que podemos chamar de aristocrático para um modelo democrático (WERNECK VIANNA, 1997:229).

E essa democratização, já no início dos anos 1990, também encontrava expressão no perfil dos estudantes da área, mais plural do que o das profissões tradicionais. Cerca de um quinto declarava-se negro ou pardo, enquanto quase metade era formada por filhos de pais que sequer possuíam o 2º grau de ensino. Uma possível explicação

para o fenômeno também detectado nos Estados Unidos (D’Antonio, 1992) - pode ser encontrada na baixa seletividade de seus exames vestibulares, forma que os departamentos encontraram para viabilizar sua reprodução, mesmo diante da natureza autoritária do capitalismo. Tendo em vista que os seus profissionais pouco são mobilizados pelo mercado ou pela administração pública, mesmo diante dos “problemas sociais derivados da modernização e que poderiam reclamar a sua intervenção” (WERNECK VIANNA, 1997:227).

Destituído do mandato público dos fundadores, o jovem cientista social encontra acesso à vida pública através da mediação de objetos de especialização elaborados no rigor do método científico; enquanto laboratórios, centros de pesquisa e departamento universitários ganham, cada vez mais, o contorno de “agências de intelectuais orientados para a ‘mudança social provocada’”

(WERNECK VIANNA, 1997:228). Um movimento duplo e contraditório, pois ao mesmo tempo em que os agentes de transformação ganham caráter coletivo, a forma de ação dos mesmos se torna cada vez mais minimalista, colada às demandas de objetos sociais específicos (a mulher, o negro, os sem-terra, os movimentos sociais, etc.).

Werneck Vianna chama atenção para o risco de que essa tendência de fragmentação temática dê origem a um processo de “perversão corporativa em torno de pequenos objetos” colocados a serviço da carreira do especialista, que passa a ser “um fim burocrático da vida universitária”, deixando-se de lado a ciência e sua finalidade social. Como resultado, poderíamos ter uma comunidade científica

(...) cada vez mais focada em extrair recursos das políticas públicas para a sua autorreprodução, encerrada em si mesma e destituindo as Ciências Sociais da sua relevância, não apenas social, mas também científica, em virtude de condenar o processo de conhecimento à particularização e a fragmentação. (VIANNA, 1997:231)

As preocupações de Werneck Vianna estão ligadas não somente aos possíveis desdobramentos do processo de “americanização” das Ciências Sociais brasileiras - problematizado por ele em *A Revolução Passiva: Iberismo e Americanismo no Brasil* (1997) -, mas também a uma tendência global de burocratização da vida acadêmica, que no Brasil é estimulada pelas próprias políticas de Estado, cuja rigidez e produtivismo quantitativo encontram sua expressão mais evidente na Plataforma Lattes.

Todavia, não seria correto classificar os problemas do cenário atual como desvio inesperado da trajetória iniciada com a institucionalização da área. Tais distorções aconteceriam se o processo não fosse conduzido com cuidado, já alertavam os pioneiros. Florestan Fernandes, por exemplo, declarou em suas pesquisas sobre o “Brasil Moderno”, de 1976, que a escolha dos temas de investigação em países subdesenvolvidos não poderia

se dar a partir de uma operação intelectual totalmente livre, pois

O que importa não é ‘conhecer qualquer coisa’; mas, aquilo que, nos processos de desenvolvimento em curso, possui real significação para a renovação do horizonte cultural e a solução racional dos dilemas nacionais. (FERNANDES, 1976:325).

Declaração que converge com as posições de seu grande rival, Guerreiro Ramos, sempre intransigente em sua crítica à “sociologia enlatada”, “consumida como uma verdadeira conserva cultural” (Apud BARIANI, 2007:153). Mais um ponto de diálogo entre as duas obras que ajuda a iluminar a complexidade de um debate intelectual que, com o passar dos anos, acabou tendo sua verdadeira riqueza encoberta por tendências polemistas de caráter muitas vezes anedótico.

Considerações finais

Diante dos perigos de simplificações desse tipo, é importante analisar a configuração atual do campo das

Ciências Sociais com cautela. Até como forma de evitar que as preocupações de Werneck Vianna sejam manipuladas de maneira reducionista. É certo que a atual pluralidade temática não deixa de ser sinal de maturidade institucional e de adaptação da disciplina às transformações do mundo contemporâneo.

Todavia, o risco de que o aprofundamento do processo delineado nas páginas anteriores dê origem a distorções, deve ser levado em consideração, sobretudo diante da posição periférica que as ciências humanas continuam ocupando não apenas no campo científico brasileiro, mas também mundial, especialmente no que diz respeito ao financiamento à pesquisa.

A situação é complexa e demanda investigações que vão muito além do escopo desse artigo, mas, no âmbito da ação imediata, métodos de seleção mais rigorosos e reformulações dos programas dos

cursos surgem como formas possíveis de atenuar tendências de excessiva burocratização e fragmentação temática, principalmente através do aprofundamento do ensino dos clássicos, incluindo o chamado “pensamento social brasileiro”. Seria uma estratégia no sentido de atacar as tendências fragmentárias já na raiz, dotando o jovem cientista de um arcabouço teórico sólido capaz de ampliar seu leque de ferramentas e de alargar seu campo de visão.

Tais iniciativas, contudo, mostrar-se-ão pouco efetivas se não dialogarem com as políticas de educação e pesquisa do governo federal. Por isso é fundamental que os cientistas sociais se mobilizem, unindo forças a outros setores da comunidade científica, não somente para pressionar no sentido da reversão de tendências de burocratização nocivas, mas também para atuar em parceria com o poder público na busca por respostas aos desafios da educação no país.

Referências

- BARIANI , Edison. Padrão e salvação: o debate Florestan Fernandes x Guerreiro Ramos. *Cronos* (Natal. Impreso), v. 7, p. 151-160, 2007.
- D'ANTONIO, William. Recruiting Sociologists in a Time of Changing Opportunities, in T. Halliday e M. Janowitz (org.), *Sociology and its Publics*. Chicago: University of Chicago Press, 1992.
- FERNANDES, Florestan. A Sociologia Como Afirmação. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. V. II, n. 1, p. 3-39, mar. 1962
- FERNANDES, Florestan. *A Sociologia numa Era de Revolução Social*. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.
- GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do Cárcere. Volume 5*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.
- LAHUERTA, Milton. *Intelectuais e Transição: entre a Política e a profissão*. Tese de doutoramento. São Paulo: FFLCH, 1999.
- MARTINS, Maro Lara. *Interesse e Virtude: a Sociologia Modernista dos Anos 1930*. Tese de Doutorado. Rio de Janeiro: IESP/UERJ, 2013
- MATOS, B. T. P. *Diálogo de surdos: academia e política na trajetória de Florestan Fernandes e Guerreiro Ramos*. *Caderno Linhas Críticas*, Brasília, n. 3 e 4, p. 149- 171, jul. 1996
- PERLATTO, Fernando. *Sociologia pública. Imaginação Sociológica Brasileira e Problemas Públicos*. Tese de Doutorado. Rio de Janeiro: IESP/UERJ, 2014.
- VIANNA, Luiz Werneck. *A Revolução Passiva: Iberismo e Americanismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Revan, 1997.